POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: algumas tendências e implicações do projeto neoliberal em tempos de pandemia da COVID-19

Kristin Carina Moura Melo[1]

RESUMO

Este estudo trata acerca da Política de Educação e o movimento de contrarreformas em seu âmbito, a partir das medidas de reajustamento de cunho Neoliberal. Nesse sentido, objetiva-se compreender como as ofensas neoliberais ameaçam as conquistas nas políticas públicas, em especial a Política de Educação. Para isso, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre a temática e parte dos estudos e análises realizados durante a disciplina de Política de Educação e Serviço Social. Desse modo, foi possível identificar tendências e implicações do projeto neoliberal em tempos de pandemia da COVID-19 na Política de Educação Nacional.

Palavras-chave: Política de Educação. Neoliberalismo. Pandemia..

ABSTRACT

This study deals with the Education Policy and the counter-reform movement in its scope, from the Neoliberal readjustment measures. In this sense, we aim to understand how neoliberal offenses threaten achievements in public policies, especially the Education Policy. For this, we used as a methodology the bibliographical research on the subject and part of the studies and analyzes carried out during the discipline of Education and Social Work Policy. In this way, it was possible to identify trends and implications of the neoliberal project in times of the COVID-19 pandemic in the National Education Policy.

Keywords: Education Policy. Neoliberalism. Pandemic.

[1] Estudante do 6º período do Curso de Serviço Social da UFMA.
E-mail: melo.kristin@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

A política de educação no Brasil vem sofrendo ofensivas mais acentuadas desde a incorporação do neoliberalismo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no final do século passado. Ainda que no decorrer da Ditadura Militar (1964-1985) a educação nacional tenha sido submetida às imposições do capital internacional por meio dos acordos MEC-USAID (1966), o processo de mercantilização da educação, conforme a agenda neoliberal, começou a partir da década de 90, com as indicações do Consenso de Washington (1989) e o Protocolo de Bolonha (1999).

As contrarreformas realizadas nesse período até 2018, foram imprescindíveis para que as investidas do atual Governo Bolsonaro sejam cada vez mais fortes. Os cortes na educação superior, desde o governo de Michel Temer (2016 - 2018), e a crescente aversão às ideias de laicidade, diversidade, gratuidade e universalidade expressa nos discursos e propostas do governo, demonstram os interesses da classe dominante em sucatear as políticas públicas, bem como desmantelar os direitos da classe trabalhadora.

O ano de 2020 foi marcado pela contaminação em massa da população mundial devido ao novo coronavírus: o SARS-CoV-2, agente causador da doença respiratória COVID-19. Os impactos na realidade mundial reverberaram nas dimensões sociais, econômicas e políticas de todos os países. Não obstante as medidas sanitárias de contenção do vírus, o movimento gradual de vulnerabilização socioeconômica e fragilização da proteção social atingiram milhões de famílias.

Isso significa que os segmentos historicamente excluídos estão sofrendo duplamente com essa conjuntura, ao passo que o enfrentamento às consequências da pandemia soma-se com as medidas de reajustamento neoliberais, que priorizam o Mercado em relação às famílias e não atendem às demandas sociais e econômicas da população em geral, bem como às demandas educacionais dos estudantes da rede pública de ensino.

Em razão disso, o objetivo do presente trabalho é compreender como as ofensas neoliberais ameaçam as conquistas nas políticas públicas brasileiras, em especial a Política de Educação. Para isso, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre a temática e parte dos estudos e análises realizados durante a disciplina de Política de Educação e Serviço Social. Dessa forma, foi possível identificar tendências e implicações do projeto neoliberal em tempos de pandemia da COVID-19 na Política de Educação Nacional.

2 NEOLIBERALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: estratégias de mercantilização do Ensino Público

A hegemonia neoliberal teve sua origem no século passado. A partir de 1970 a ilusão dos “anos gloriosos” chegou ao fim, iniciando novamente uma crise econômica do Capital, a nível mundial. De modo concomitante, sucedeu a fase monopolista do capitalismo, que se preocupou em implementar uma estratégia político-social global eficaz em superar essa crise. (BRAZ; NETTO, 2012, p. 227). À vista disso, foi adotado a ideologia do neoliberalismo como perspectiva político-econômica, uma vez que acometia o Welfare State e restituía os interesses da classe burguesa.

É nesse contexto que o sistema capitalista se reinventa para “superar a crise” e acentua o processo de globalização. O capitalismo globalizado é uma fase do modo de produção vigente, que supõe uma nova estrutura produtiva a partir da fusão entre os modos de produção toyotista e udevalista (volvismo), bem como um novo padrão de reprodução e relação social. Isso quer dizer que nesse estágio do capitalismo tudo e todas as coisas estão submetidas a dimensão do produtivismo, que por sua vez está vinculada ao consumo.

O projeto neoliberal busca reajustar as funções do Estado, a fim de possibilitar a apropriação privada dos fundos públicos, minimizar as suas atribuições como principal provedor de proteção social e assegurador de direitos e, não menos

importante, consagrar a ordem do mercado como regente das políticas públicas, economia e sociedade. Essa ideologia compreende o homem como individualista e competitivo e a sociedade como meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados, sendo assim fundamentada na ideia natural e necessária da desigualdade social e em uma percepção de liberdade focada na liberdade de mercado (NETTO; BRAZ, 2012).

A doutrina neoliberal revitalizou algumas ideias centrais do liberalismo, como a não intervenção do Estado nas relações socioeconômicas e a liberdade do capital privado, mas também inovou ao concentrar e ampliar o poder dos países de capitalismo avançado; subordinar as dimensões política, social, educacional e cultural à lógica economicista; e suprimir, a qualquer custo, os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Baseado nessas ideias, a hegemonia neoliberal se expandiu para todo o mundo, porém de forma particular para os países de capitalismo periférico, tal como o Brasil.

No contexto nacional, a incorporação dessa perspectiva teve seu prelúdio no governo de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), e seu desenvolvimento ocorreu durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 a 2002), o qual empenhou-se em recuperar a economia por meio do controle de juros, investir em privatizações de grandes empresas estatais, retirando os direitos do funcionalismo público e consolidando o Plano Real (FARAGE, 2019). A partir daí, estreou um processo de contrarreformas sucessivas nas políticas públicas, que visa desmantelar os direitos conquistados pela classe trabalhadora, expressos na Constituição Federal de 1988.

Nessa lógica, o Brasil vem cumprindo as determinações de instituições internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que por intermédio do Consenso de Washington (1989) e o Processo de Bolonha (1999) contribuíram para o processo de mercantilização da educação. O primeiro dispõe de regras que visam a redução dos gastos públicos, privatização de estatais e propriedade do conhecimento. Enquanto

o segundo sentencia à educação superior ao aligeiramento, a competitividade e a subordinação ao mercado (BOSCHETTI, 2015).

Não obstante alguns avanços na política de educação, tal como a lei 12.711/2012 — que possibilita maiores oportunidades para estudantes de segmentos historicamente excluídos — e a Lei 13.935/2019, a qual dispõe da inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação básica, o sucateamento dessa política se intensifica à medida que o ensino à distância (EAD) se expande, o pós-modernismo e o *produtivismo* acadêmico se tornam mais presentes nas universidades públicas e o repasse para iniciativa privada aumenta por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Esse cenário fica ainda pior quando fazemos um recorte para a conjuntura atual. Se o projeto neoliberal estava um pouco retido no decorrer dos governos petistas, voltou a todo vapor na agenda do governo Bolsonaro. Em pouco menos de 3 anos, diversas propostas ameaçadoras estão sendo concretizadas, das quais destacamos: o *Homeschooling*, a militarização de escolas públicas, o Projeto *Escola sem Partido*, a Alfabetização pelo método fônico e a privatização do ensino superior. (CAVALCANTI, 2019). Embora o discurso neoliberal desse governo defenda maior investimento na educação básica, contraditoriamente, havia a intenção de congelar até 2022 os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), essencial para a educação básica.

Não só isso, os vários ministros que já passaram pelo Ministério da Educação (MEC), Ricardo Vélez Rodríguez (2019); Abraham Wentraub (2019-2020) , Carlos Decotelli (2020) e Milton Ribeiro (2021), em sua maioria são militares ou compactuam com as ideias reacionárias de Olavo de Carvalho. Isso justifica as diversas críticas direcionadas às universidades públicas, difamadas como espaço de "balbúrdia"[2], “libertinagem” e “doutrinação comunista”. Esses insultos foram

[2] Palavra proferida por Abraham Weintraub, ministro da educação durante 2019 a 2020, em entrevista para o **Estado** sobre o corte de recursos nas universidades públicas.

estrategicamente elaborados com o propósito de deturpar a imagem da academia, seus participantes e seu caráter laico e universal. Isto é, a partir do momento em que há um discurso de desqualificação da educação superior pública, o argumento de *privatização como melhor proposta de solução,* fica mais atrativo e convincente.

O projeto neoliberal no Brasil se metamorfoseia com o conservadorismo, o racismo e o fundamentalismo religioso, de modo que tende a condenar tudo o que é público, diverso, laico e conquistado pela classe trabalhadora. Isso está expresso no constante ataque às cotas raciais e socioeconômicas, implicando no retrocesso da política educacional, no que diz respeito a desconstrução da educação pública, gratuita, laica, plural, acessível para todos os segmentos historicamente excluídos e de qualidade socialmente referenciada (CAVALCANTI, 2019).

2.1 **Propostas neoliberais para a Educação em tempos de pandemia:** os impasses do ensino remoto

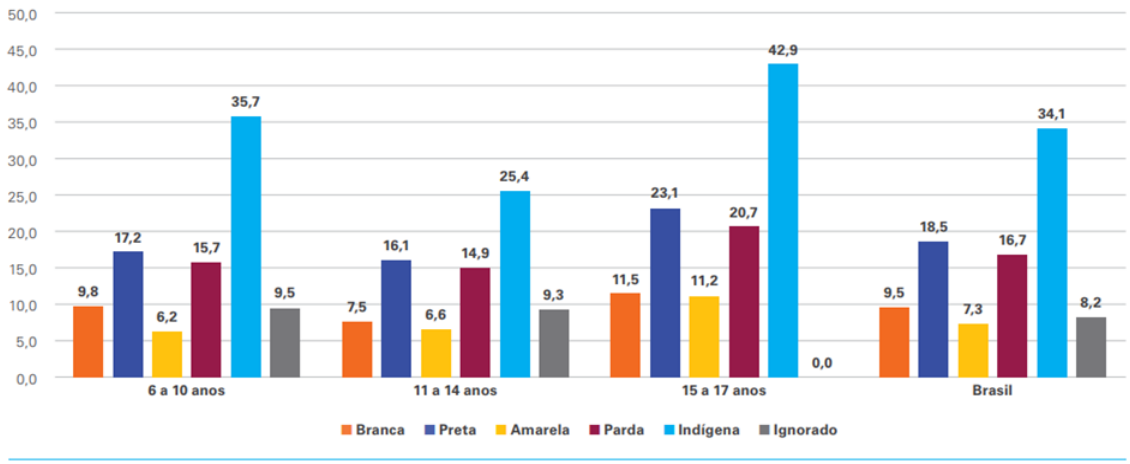
A priorização pelo ensino técnico e cursos voltados para área de tecnologia e saúde afetou discentes dos cursos de ciências humanas e sociais. Os cortes constantes na Política de Educação atingiram subitamente os estudantes em situação de vulnerabilidade social, principalmente os que dependem da Assistência Estudantil para permanecer nas escolas ou universidades públicas. Essa conjuntura se agrava ainda mais durante a pandemia causada pela COVID-19, visto que as medidas emergenciais não alcançam uma parcela dos estudantes.

As instituições de ensino público aderiram a educação remota a partir das Estratégias de Aprendizagem Remota (EAR), visando mitigar a disseminação do Coronavírus entre a comunidade escolar. Diferentemente do EAD, que se refere a metodologias e processos sistematizados para o desenvolvimento da aprendizagem a distância, o EAR consiste em ações pedagógicas emergenciais adotadas frente ao contexto de isolamento social (DUTRA, 2021).

Nesse sentido, a adoção do ensino remoto emergencial exige condições mínimas materiais dos professores e alunos para seu desenvolvimento, como

internet de qualidade, computador, celular ou tablets, ambientes adequados, rotina de estudos, etc. No entanto, a realidade de um contingente de alunos da educação pública, pertencentes a grupos populacionais historicamente excluídos, sofrem com a ausência dessas condições. Essa situação pode afetar significativamente o processo de aprendizagem e desempenho nessa modalidade, assim como resultar no abandono ou evasão escolar. Segundo o UNICEF (2021) o percentual de evasão escolar de crianças e adolescentes negras (os) e indígenas, de 6 a 17 anos, foi o maior entre os excluídos (as), durante o ano letivo de 2020.

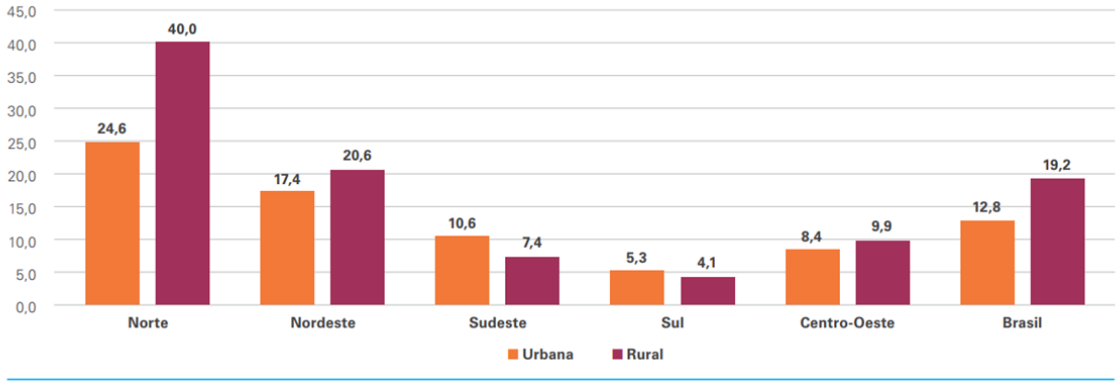
Gráfico 1 - Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos com Ensino Médio incompleto que não frequentam a escola, por faixa etária e raça/cor, Brasil, 2020.



Fonte: UNICEF (2021)

Nesse contexto, os estudantes da rede pública em áreas rurais estão sendo mais atingidos do que os alunos que estudam nos centros urbanos. Essa disparidade fica nítida quando é cotejado o índice de abandono e evasão escolar de alunos do ensino médio público por grandes regiões do Brasil. De acordo com o UNICEF (2021, p. 47) “no ensino médio, adolescentes vivendo em áreas rurais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão, proporcionalmente, mais fora da escola do que as(os) que vivem em áreas urbanas nessas regiões.”

Gráfico 2 - Distribuição de adolescentes de 15 a 17 anos, segundo condição de não frequência à escola, em áreas urbanas e rurais por Grandes Regiões, 2020 (%)



Fonte: UNICEF (2021)

No caso das universidades federais e estaduais, foram disponibilizados aparelhos *tablets* e *chips* com internet para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A parcela de estudantes oriundos de outros municípios diferentes do campus onde estudam, sofrem com a falta de **recursos efetivos** que possibilitem o acompanhamento das atividades acadêmicas, uma vez que a internet é limitada e o dispositivo eletrônico não suporta a demanda de atividades acadêmicas. Nessa lógica, os alunos que vivenciam essas realidades dependem da Assistência Estudantil para permanecerem na Universidade, mas as investidas neoliberais, em forma de contingenciamentos e cortes na Política de Educação, precarizaram o desenvolvimento pleno dessa Assistência.

3 CONCLUSÃO

Diante do contexto de fortalecimento do projeto neoliberal, o que se observa é uma mercantilização não só da produção do conhecimento, como também da relação entre o sujeito e o objeto. As visões de mundo são construções que decorrem a partir das relações entre os sujeitos e os fenômenos (GOLDANN, 1984). Em uma sociedade em que o imediatismo é a ordem do dia, desenvolver

conhecimentos concretos tem se tornado um desafio para os estudiosos. No entanto, esse desafio não implica em um esgotamento da produção do conhecimento, tampouco na incapacidade dos pesquisadores em desenvolver novas perspectivas ou propostas de sociedade, embora o contexto de precarização da educação no Brasil.

À proporção em que o plano de contrarreforma do atual governo vai avançando, consequências na educação vão se concretizando: o desmonte do tripé do ensino-pesquisa-extensão, hierarquizando a produção de conhecimento; a competição interna nas instituições de ensino superior; a intensificação do racismo institucional; a desestruturação da assistência estudantil; a criminalização e perseguição política aos professores; a imposição do posicionamento *neutro* durante os processos educativos, esvaziando a criticidade sobre as questões insterseccionais. (FARAGE, 2019).

Em virtude disso, nota-se que o sistema capitalista busca alternativas que condicionem a sua manutenção e seus interesses dentro da gestão de Estado e desigualdade social. Por isso, o projeto neoliberal tem em seu bojo o ranço conservador, o sexismo, a discriminação étnico-racial, a *LGBTQIA+fobia* e o fundamentalismo religioso, marcas históricas da classe dominante no Brasil.

Dessa forma, tendo em consideração o retrocesso e as tentativas de precarização da política educacional, faz-se urgente a construção de um projeto contra-hegemônico, organizado pela classe trabalhadora, que lute a favor de uma educação pública, acessível, inclusiva, socialmente referenciada, de qualidade e que desenvolva o pensamento crítico. Isso posto, a luta e resistência pela educação deve ser articulada com todos os movimentos sociais interessados em fortalecer a defesa dos direitos conquistados e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ed. 124, p. 637-651, out./dez 2015.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271 p. ISBN 978-85-249-1979-4.

CAVALCANTI, Cacilda R. **Lutas e resistências pela educação pública e de qualidade no Brasil e seus desafios no governo Bolsonaro**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 9., 2019, São Luís. Anais da IX Jornada de políticas públicas: civilizações ou barbárie; o futuro da humanidade; centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para democratização socialista. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

DUTRA, Rodrigo. **Educação a Distância no Ensino Médio na pandemia da Covid-19**. [*S.l.*] 7 abr. 2021. Disponível em: https://tutormundi.com/blog/educacao-a-distancia-no-ensino-medio/. Acesso em: 28 ago. 2021

FARAGE, Eblin. **O desmonte da educação pública superior**: as marcas do projeto do capital e a ascensão da extrema direita no Brasil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 9., 2019, São Luís. Anais da IX Jornada de políticas públicas: civilizações ou barbárie; o futuro da humanidade; centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para democratização socialista. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Editorial Presença. 1984.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Brasil: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC, 2021.